

Pedagogia afrocentrada: uma abordagem epistemológica em relação com a(s) Amazônia(s)

Lúcia Isabel da Conceição Silva¹
Isabell Theresa Tavares Neri²

Resumo

Apresentar uma abordagem epistemológica que rompa com o encadeamento mental imposto pela supremacia branca é a proposta deste trabalho. Este artigo tem o objetivo de investigar as possibilidades que o paradigma afrocentrado oferece para a promoção de uma educação para a diversidade, de cunho antirracista e em diálogo com a(s) Amazônia(s). A partir de uma pesquisa de caráter descritivo e exploratório, em meio a uma investigação bibliográfica, mostramos que a Afrocentricidade é um paradigma que se consolida enquanto epistemologia no fim do século XX, mas que apresenta uma conexão ancestral com a América Ladina e o Caribe. Seus preceitos: a) realocação psicológica; b) sentido de agência; c) valorização cultural; d) refinamento léxico; e) reparação histórica, em nossa percepção, oferecem condições e meios para forjar processos de ensino e de aprendizagem que enfrentem a violência colonial e o racismo estrutural, principais ameaças à integridade do bioma amazônico e à dignidade das suas comunidades ancestrais.

Palavras-chave: América Ladina, afrocentricidade, pedagogia, Amazônia.

Afro-centred pedagogy: an epistemological approach in dialogue with the Amazons

Abstract

Presenting an epistemological approach that breaks with the mental chain imposed by white supremacy is the purpose of this work. This article aims to investigate the possibilities that the Afrocentric paradigm offers for the promotion of an education for diversity, with an anti-racist nature and in dialogue with the Amazon(s). From a descriptive and exploratory research, in the midst of a bibliographical investigation, we show that Afrocentricity is a paradigm that consolidates itself as an epistemology at the end of the 20th century, but that presents an ancestral connection with América Ladina and the Caribbean. Its precepts: a) psychological relocation; b) sense of agency; c) cultural appreciation; d) lexical refinement; ; e) historical repair, in our perception, offer conditions and means to forge teaching and learning processes that face colonial violence and structural racism, main threats to the integrity of the Amazon biome and the dignity of its ancestral.

Keywords: América Ladina, afrocentricity, pedagogy, Amazon.

¹ Doutorado em teoria e pesquisa do comportamento; Professora Associada da Universidade Federal do Pará; e-mail: luciaisabel@ufpa.br.

² Doutorado em educação pelo Programa de pós-graduação em educação-PPGED (UFPA); Professora substituta da faculdade de educação da Universidade Federal do Pará; E-mail: isabellped34@gmail.com.

Deixemos para trás aqueles que militam pela impunidade do rebanho e que não aceitam a condição humana do outro e que precisam que os povos mantenham seu lugar de servos da gleba, de combustível biológico, de braços baratos, de serventes, em suma: de escravos à sombra do mestre. Não mais. Agora é o momento! Novos ventos sopram, um novo paradigma está surgindo, sabemos que lentamente, mas está chegando ...

Marcelo Valko

Introdução

Nosso primeiro contato com o paradigma afrocentrado ocorreu através dos escritos de Lélia Gonzalez (2018), intelectual que dispensa apresentações. Embora seja conhecida apenas pelas suas contribuições ao feminismo negro, podemos considerar que a filósofa é uma das maiores intérpretes do pensamento social brasileiro.

Muitas são as óticas utilizadas para traduzir o seu legado, dentre elas destacamos os estudos feministas negros e decoloniais. O fato é que seus livros acumulam evidências que indicam o paradigma afrocentrado enquanto o timoneiro das teorias gonzaleanas, a exemplo da categoria política e cultural amefricanidade³.

Certamente que se não fosse o eurocentrismo, não precisaríamos falar da afrocentricidade. Este paradigma, ao contrário do que os seus críticos propagam, não alimenta um determinismo biológico e geográfico, pois seus preceitos podem tranquilamente inspirar práticas educativas com comunidades ancestrais para além da África continental, a exemplo da(s) Amazônia(s) e suas vertentes transculturais.

Afinal, não podemos esquecer que o Brasil, no que diz respeito ao quantitativo populacional negro, ocupa a segunda posição mundial, ficando atrás apenas da Nigéria. Por isso concordamos com Munanga (2008) quando enfatiza que é impossível compreender a população brasileira sem as suas africanidades.

Ao pensarmos na pluricultura amazônica, enfatizamos os atravessamentos, intercâmbios e miscigenações protagonizados pelos povos originários e afro-diasporizados, a exemplo de mulheres amazônicas como Artemia e Maria Felipa que enfrentaram o colonialismo e a escravização em Cameté quando o território ainda se chamava Grão-Pará e Rio Negro. Através

³ [...] **na perspectiva de Lélia sobre Amefricanidade**, onde o racismo que subordina indígenas e negras decorre de uma visão falaciosa de latinidade que legitima a inferiorização dos setores sociais cuja cultura e história não têm a Europa como referência. O conceito de latinidade é portanto uma forma de eurocentrismo que ao descartar, **ou, pelo menos subestimar, as dimensões indígenas e negras na construção das Américas, compromete a radicalidade do feminismo latino-americano** [grifo nosso] (BARRETO, 2018, p. 444).

de suas biografias, podemos conhecer a constituição dos quilombos e dos mocambos, erguidos tanto por afro-brasileiras/os quanto por múltiplas etnias originárias (MELO, 2022).

Por isso propomos uma reflexão sobre uma pedagogia antirracista, cujo principal eixo é o paradigma afrocentrado. Começaremos apresentando um panorama da Amazônia, mapeando os seus desafios. Também buscaremos abordar brevemente sobre a afrocentricidade para em seguida dialogar sobre os seus preceitos que problematizam a supremacia branca, o genocídio e o ecocídio.

Em suma, este artigo tem o objetivo de investigar as possibilidades que o paradigma afrocentrado oferece para a promoção de uma educação para a diversidade e antirracista. Assim, procuramos apresentar o seu histórico, características e os preceitos que o credenciam a estabelecer diálogos com a(s) Amazônia(s).

Os desafios enfrentados pela Amazônia são tão plurais quanto as suas geografias

O Brasil, sobretudo a Amazônia, vem sofrendo em meio ao agravamento de crises sistêmicas de ordem econômica, política, sanitária, educativa, ética e moral. A insegurança alimentar e nutricional assola principalmente as famílias camponesas, organizações populares periféricas, comunidades tradicionais, aldeias e quilombos.

Os últimos 4 anos (2019-2022) foram marcados por graves retrocessos. O desmonte do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional-CONSEA, importante plataforma que garantia a participação da sociedade civil e dos movimentos sociais na elaboração de políticas públicas para o combate à desnutrição, foi uma nefasta decisão que somada a outras atitudes rentistas e genocidas tomadas pelo poder executivo da época resultou no retorno do país ao mapa da fome (PRIZENDT, 2021).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar e Nutricional-PNAE que foi completamente desfigurado pelo governo extremista, além da produção de materiais educativos voltados para o fomento de hábitos alimentares saudáveis, exigia que a agricultura familiar fosse a principal fornecedora das escolas, garantindo merendas e cestas básicas de qualidade e livres de agrotóxicos para as crianças, os jovens e suas famílias.

O desvirtuamento do PNAE somado à ampliação dos incentivos fiscais às indústrias alimentícias ocasionou em prejuízos nutricionais incalculáveis para o cardápio escolar. O ponto

de inflexão do desemprego e da inflação obrigou a população brasileira a aumentar drasticamente o consumo de alimentos ultraprocessados, deixando-a ainda mais vulnerável a problemas de saúde que poderiam ser prevenidos como o diabetes e a hipertensão. As indústrias agroalimentares, químicas e farmacêuticas “andam de mãos dadas” na escalada de lucros incalculáveis patrocinados pela ultradireita.

O aumento das queimadas e do desmatamento na Amazônia ocorrem *pari passu* ao avanço das monoculturas, principalmente a da soja. O dia 10 de agosto de 2019 ficou conhecido como o “dia do fogo.” Através de um aplicativo de mensagens, um grupo de grileiros e madeireiros articulou-se para perpetrar uma devastação sem igual na Amazônia. Em consequência, uma densa nuvem de fumaça saiu do norte do país chegando à São Paulo e encobrindo o céu da maior capital do Brasil.

Este cenário que em nossa percepção simboliza o que podemos chamar como racismo ambiental, pois ilustra as nocivas ações da espoliação capitalista sobre as comunidades tradicionais afrodiásporizadas e originárias amazônicas, são traduzidas pela retirada dos territórios destas populações e pela mercantilização de bens comuns no âmbito da alimentação, na produção de biocombustíveis e na desfiguração das terras ancestrais a fim de “abrir as trilhas” da monocultura da soja. A agudização de tais atrocidades foi avalizada por um estado de exceção que “flerta” com o fascismo.

Acreditamos que as teorias afrocentradas de Gonzalez (2019) servem como lentes de aumento para compreendermos o drama da Amazônia. O racismo por denegação mostra o quanto o inconsciente coletivo da população brasileira é estimulado a denegar as identidades, territorialidades culturais e cosmo-sensações dos povos afrodiásporizados e originários.

Há uma neurose cultural brasileira tão grave a ponto de acreditarmos que vivemos em um país escandinavo. Neste “delírio brancocêntrico,” as vidas amazônicas não importam, já que são predominantemente negras e indígenas.

Por isso:

vale a pena recordar a categoria freudiana de denegação (*Verneinung*): processo pelo qual o indivíduo, embora formulando um de seus desejos, pensamentos ou sentimentos, até aí recalcado, continua a defender-se dele, negando que lhe pertença. **Enquanto denegação de nossa ladinoamefricanidade, o racismo à brasileira se volta justamente contra aqueles que são o testemunho vivo da mesma (os negros), ao mesmo tempo que diz não o fazer (“democracia racial” brasileira) [grifo nosso] (GONZALEZ, 1988, p. 69).**

Porto-Gonçalves (2001) também aponta o mito do vazio demográfico como um dos principais pilares do estado de exceção. Desde o período da colonização, passando pelo regime ditatorial e até mesmo em governanças progressistas, a Amazônia nunca deixou de ser vista como um território inabitável, selvagem e mero fornecedor de matérias-primas para o norte global. Um bioma praticamente despido de uma jurisprudência a favor de sua povidade cabana.

Em resumo, tão grave quanto o mito do vazio demográfico é o mito da democracia racial. Mais da metade da população amazônida se autodeclara negra e parda; por isso vale explicar à nação brasileira que [...] “existe vida negra na Amazônia, e que a visibilidade deste povo também se faz necessária. Dados do Censo, por exemplo, dão conta de que somente no Pará quase 75% da população é formada por pessoas pretas e pardas” (BELCHIOR; PENHA; BELMONT, 2021).

Metodologia

Este estudo é de caráter descritivo e exploratório. Essa modalidade de investigação, segundo Lima e Miotto (2022), é acionada quando estamos diante de um objeto que é pouco estudado.

Em nossa percepção, o paradigma afrocentrado ainda não conquistou uma centralidade em boa parte das universidades brasileiras. Por isso, através da pesquisa bibliográfica, que possibilita a sistematização de múltiplas categorias e conceitos espalhados em livros, artigos e coletâneas, podemos estreitar as nossas relações epistemológicas com a afrocentricidade.

Nossos passos teóricos e práticos apontam que a afrocentricidade é uma lente capaz de refletir e analisar as potencialidades de pedagogias pautadas na diversidade, inclusão e na promoção de relações étnico-raciais positivas e em diálogo com as Amazônias, tendo como pano de fundo um binômio educação e política antirracista.

Assim, a partir da escolha do paradigma afrocentrado e no escopo da sua relação com a educação enquanto focos da pesquisa, partimos para a fase de mapeamento e triagem dos livros e artigos a serem analisados.

Tal etapa metodológica deve ser exercida com rigor, conforme apontam Lima e Miotto (2022, p. 39), pois:

como a pesquisa bibliográfica tem sido um procedimento bastante utilizado nos trabalhos de caráter exploratório-descritivo, reafirma-se a importância de definir e de expor com clareza o método e os procedimentos metodológicos (tipo de pesquisa, universo delimitado, instrumento de coleta de dados) que envolverão a sua execução, detalhando as fontes, de modo a apresentar as lentes que guiaram todo o processo de investigação e de análise da proposta.

Outrossim, obedecemos aos seguintes critérios sugeridos pelas autoras: a) idioma: em nosso caso, selecionamos textos em inglês ou português; b) fontes bibliográficas correspondentes a livros, coletâneas, artigos e reportagens; c) a adoção de uma cronologia que segue uma linha imaginária que atravessa a revolução do Haiti, as lutas pela independência do Brasil inspiradas na insurgência haitiana, os movimentos de descolonização em Cuba, a publicação dos livros de Asante (1980) e a consolidação da afrocentricidade enquanto metodologia no final do século XIX.

Realizamos também uma incursão por bibliotecas e sites a fim de efetuar uma fase exploratória, importante para mapear potenciais fontes bibliográficas que apresentassem alguma relação com a temática. Em seguida fizemos leituras sucessivas para filtrar os livros, coletâneas e artigos totalmente dedicados a discutir a afrocentricidade e que apresentassem didaticamente as suas categorias paradigmáticas.

Histórico e caracterização: os passos do paradigma afrocentrado vêm de longe

A afrocentricidade possui marcos temporais importantes: As décadas de 1980 e 1990 com a publicação do livro homônimo de Molefi Kete Asante *Afrocentricity: The Theory of Social Change* (1980) e a consolidação do paradigma afrocentrado enquanto uma metodologia de pesquisa no final do século XX. Mas é importante destacar que os seus passos vêm de longe, cujas pegadas são evidências notáveis de uma ligação com a América Latina⁴ e o Caribe.

A Guiana, um dos 9 países dos quais a bacia amazônica está à disposição, na maioria das vezes esquecida pela geopolítica do conhecimento, nos deu uma constelação de importantes

⁴ Trata-se de um olhar novo e criativo no enfoque da formação histórico-cultural do Brasil que, por razões de ordem geográfica e, sobretudo de ordem inconsciente, não vem a ser o que geralmente se afirma: um país cujas formações do inconsciente são exclusivamente europeias, brancas. Ao contrário, ele é uma América Africana cuja latinidade, por inexistente, teve trocado o t pelo d para, aí sim, ter o seu nome assumido com todas as letras: América Latina [...] (GONZALEZ, 1988, p. 69).

intelectuais que escreveram tratados responsáveis por derrubar as teses racistas de Arthur de Gobineau.

Além disso as/os pensadoras/es afrocentristas também buscaram:

[...]novas vias para examinar os fenômenos culturais, econômicos e políticos fora da América do Norte. Intelectuais do Brasil, Venezuela, Peru, Colômbia, Nova Escócia, Panamá, Guatemala, Guiana, Suriname, Costa Rica, Antilhas e outros países com grandes populações africanas acrescentarão novos fatos capazes de expandir e ampliar nossas preocupações [grifo nosso] (ASANTE, 2009, p. 109).

O Haiti foi palco de uma das maiores revoluções já ocorridas na América Latina e no Caribe. O *Vodu* foi uma plataforma muito mais política do que religiosa nessa insurreição. As religiões de matriz africana são rechaçadas pelo eurocentrismo porque estão eivadas de epistemologias, sendo uma das tarefas da afrocentricidade trazer à baila esses conhecimentos. O desespero do norte global perante a insurgência haitiana demonstra que os tigres afrocentrados já romperam os portões da torre de marfim da supremacia branca acadêmica há bastante tempo (FINCH; NASCIMENTO, 2009).

Na mesma direção, os importantes livros do cientista social Carlos Moore apresentam evidências que questionam a tão propalada cordialidade latino-americana ao evidenciarem a omissão de José Martí diante do genocídio da população afro-cubana, certamente receoso por contrariar a burguesia branca que apoiava a revolução (NASCIMENTO, 2009).

Dito de outro modo, o mito da cor cubana é tão ou mais perigoso quanto o mito da democracia racial, de modo que:

[...] a crítica de Carlos Moore, inclusive sua inédita análise histórica do pensamento marxista, desafiava a presunção de resolver a questão racial por meio exclusivo da luta de classes. A análise de Moore ampliava a linha de pensamento dos dois intelectuais negros cubanos que já advogavam uma orientação independente, o sociólogo Juan René Betancourt Bencomo e o historiador e etnólogo Walterio Carboneli [...]Ele questionava a ideologia racial de “cor cubana,” tão cara àquela sociedade quanto à da democracia racial ao Brasil. [...]Nas décadas de 1960 e 1970, tanto a revolução cubana como a ditadura militar direitista do Brasil adotavam essa ideologia como parte de seus respectivos discursos autoelogiosos [...] [grifo nosso] (FINCH; NASCIMENTO, 2009, p. 57).

No contexto brasileiro raramente ouvimos falar de Esperança Garcia, que escreveu inúmeras cartas com o intuito de denunciar as violações aos direitos humanos no engenho em que foi escravizada. Muito menos de Maria Firmina, escritora, poeta e educadora, autora de

robustas análises sobre a combinação perigosa entre o racismo, a escravização e o patriarcado. Mulheres fundamentais na construção da história nacional, mas que uma boa parte da população brasileira certamente não conheceu nas escolas.

Importante ressaltar que a afrocentricidade está em construção e por isso não toma para si a verdade absoluta. Gonzalez (2018) e Nascimento (2009) mostraram equilíbrio em dialogar com o paradigma sem perder a autonomia intelectual.

O pensamento gonzaleano realizou contundentes críticas ao termo afro-americana/afro-americano, uma vez que o processo de diáspora não envolveu apenas a América do norte. As porções centrais e insulares do continente ladino-amefricano também são povoadas por populações afro-diasporizadas. Questões que levaram Lélia Gonzalez a forjar a categoria política e cultural amefricanidade. Nas palavras da filósofa, trata-se de “uma abordagem mais ampla, [que] levasse em consideração as exigências da interdisciplinaridade. Desse modo, comecei a refletir sobre a categoria de Amefricanidade” (GONZALEZ, 1988, p. 71).

Assim como Lélia Gonzalez, outras/os intelectuais brasileiras/os também contribuíram consideravelmente com o paradigma afrocentrado, como Abdias Nascimento que forjou o poderoso conceito de quilombismo, caracterizado por ser uma “[...] unidade, uma única afirmação humana, étnica e cultural, a um tempo integrando uma prática de libertação e assumindo o comando da própria história. A esse complexo de significações, a essa práxis afro-brasileira, eu denomino quilombismo” (NASCIMENTO, 2009, p. 203). Um constructo tão poderoso a ponto de tornar-se uma referência para o próprio Asante (2009).

Preceitos fundamentais do paradigma afrocentrado para horizontes pedagógicos da diversidade e da inclusão na(s) Amazônia(s)

Legitimar a afrocentricidade enquanto um paradigma é crucial para que ela seja tratada e estudada com o rigor e o respeito que merece. Segundo Finch III e Nascimento (2009), Thomas Kuhn foi o responsável por cunhar o conceito de paradigma, buscando referências até mesmo no campo da linguística.

Uma estrutura paradigmática deve possuir as dimensões metafísicas, sociológicas e exemplares. Mas para a afrocentricidade, há a necessidade de acrescentar a dimensão operativa.

Ou seja, é preciso avaliar se um paradigma oferece alguma funcionalidade para as comunidades não brancas com as quais será estabelecido o diálogo.

Portanto o paradigma afrocentrado não serve apenas para cumprir uma agenda de pesquisa. Trata-se de uma filosofia de vida, um posicionamento político frente a um país que padece do racismo estrutural como o Brasil. Assim, existem 5 preceitos oriundos da afrocentricidade e que consideramos como as bases das pedagogias antirracistas.

a) Realocamento Psicológico

Gonzalez (2018) destacava em seus textos os altos índices de evasão e de analfabetismo que atingiam principalmente as crianças e os jovens racializados. As escolas brancocêntricas costumam culpar as educandas/os negras/os pelo baixo desempenho escolar, acusando-as de mal comportamento, ou de sofrerem de distúrbios psíquicos.

Enquanto geógrafa, Lélia Gonzalez gostava de alimentar os seus textos com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE para mostrar que a diferença entre uma família negra e uma branca com a mesma faixa de renda está no fato de que a primeira necessita que todos os membros de sua família tenham que trabalhar, inclusive as crianças. Nesse sentido, as precoces atividades laborais tiram das crianças negras o direito de estudar.

Ao mesmo tempo é importante fortalecer a estético-política das crianças e jovens negras e indígenas, reconstituindo as suas subjetividades e identidades coletivas que foram aniquiladas pelo ideologia do branqueamento. Gonzalez (2018) falava sobre as práticas teatrais e a importância das mesmas para a educação.

Podemos nos debruçar sobre as experiências do Teatro Experimental do Negro que foi fundado por Abdias Nascimento e Guerreiro Ramos. Desde as décadas de 1940 e 1950 esse grupo teatral realizava um trabalho de alfabetização e de conscientização racial com as classes populares, despertando o que Guerreiro chamava de sentido de povidade⁵ na população negra ao mesmo tempo em que combatia a patologia do branco (NASCIMENTO, 2009).

Como apontamos no início do texto, as violências sistêmicas neoliberais que se derramam na Amazônia por meio da extração de minérios e da borracha, da construção de

⁵ O duplo paradoxo em que Guerreiro Ramos se debateu: não há raças, mas há revelações raciais; e negro é povo, mas há negritude e não povidade (SANTOS, 1995, p. 26).

hidrelétricas e da mercantilização de bens comuns no âmbito dos alimentos, terras produtivas e biocombustíveis (commodities) estão intimamente relacionadas à patologia do branco.

Ainda que mais da metade da população seja negra ou parda, a identidade racial coletiva é esfacelada pela ideologia do branqueamento⁶. Não podemos ignorar essa ameaçada ideológica, pois a mesma é o alicerce de políticas genocidas e etnocidas no território amazônico. Nesse sentido racializar a branquitude⁷ é um dever moral da ala progressista que se contrapõe ao neoliberalismo e a sua fome de destruição.

b) O Sentido de Agência

A constituição federal elenca uma série de preceitos fundamentais para que a população brasileira desfrute de uma cidadania plena, de modo a garantir o estado democrático de direito. Sabemos que há um abismo entre o que as letras douradas do texto constitucional pregam e a materialização de uma democracia plena. Recentemente nos deparamos com a cerimônia de posse de um ministro no Tribunal Superior Eleitoral-TSE. Chamou atenção o fato de, entre ex-presidentes, governadoras/es e demais políticos, não havia sequer uma pessoa negra no salão.

Por isso é fundamental pensar em processos educativos que protagonizem titãs da historiografia brasileira como Tereza de Benguela, Luís Gama, Zumbi dos Palmares e tantas outras pessoas afro-brasileiras e/ou oriundas dos povos originários.

As/os educandas/os das classes populares racializadas, principalmente as crianças e os jovens, necessitam de referências negras e multiétnicas nos campos da ciência, política, direito, medicina e arte, derrubando o monopólio brancocêntrico no processo de tomada de decisões do país. Afinal, uma educação antirracista tem o dever de preparar politicamente e psicologicamente a juventude ameríndia e afro-brasileira a fim de blindar a sua saúde mental frente ao racismo estrutural, colocando-a no centro da vida política, cultural e educativa.

⁶ [...] o desejo de ser branco afeta, fortemente, os nativos governados por Europeus. Entre negros, R.R Morton registrou o emprego do termo “branco” como designativo de excelência e o hábito de dizer-se de um homem bom que tem um coração “branco.” Este “desvio existencial” tem sido observado tecnicamente nos Estados Unidos, no Brasil e em toda parte em que populações negras estão sendo europeizadas. O negro europeizado, via de regra, detesta mesmo referências à condição racial. Ele tende a negar-se como negro, e um psicanalista descobriu nos sonhos de negros brasileiros forte tendência para mudar de pele [...] (RAMOS, 1995, p. 195).

⁷ [...] o problema do negro, tal como colocado na sociologia brasileira é, à luz de uma psicanálise sociológica, um ato de má-fé ou um equívoco, e este equívoco só poderá ser desfeito por meio da tomada de consciência pelo nosso branco ou pelo nosso negro, culturalmente embranquecido, de sua alienação, de sua enfermidade psicológica [grifo nosso] [...] (RAMOS, 1995, p. 197).

Por isso precisamos de uma educação antirracista que ressalte a protagonismo das populações negras e indígenas nas lutas pelas independências. A revolta de Búzios, a Cabanagem-fundamental para esculpir uma identidade amazônica- e tantas outras insurgências nacionais encorajadas pela revolução haitiana mostram que os grandes vultos da história nacional são pessoas negras e indígenas.

c) Valorização Cultural

O sentido afrocentrado de cultura é extraordinariamente político. No livro *Lugar de Negro*, Lélia lembra dos bailes que eram embalados pela mistura de ritmos como o soul, funk e jazz que atraíam a juventude negra das periferias durante a ditadura militar. Não apenas o regime ditatorial como a própria esquerda branca menosprezavam essas manifestações culturais. A ala progressista, por exemplo, acusava a juventude racializada de não ter embasamento político.

Esses eventos exemplificam o grande potencial político que a cultura possui. Danças, vestimentas, rituais e tantos outros elementos culturais carregam notáveis epistemologias que digladiam com o racismo cultural. Por isso, as culturas indígenas e afro-diasporizadas precisam estar acompanhadas de um debate paradigmático para que não sejam folclorizadas. O inconsciente coletivo da população brasileira necessita ser estimulado a conhecer e a valorizar as suas culturas e ancestralidades amefricanas.

Pessoas negras e indígenas constroem epistemologias amalgamadas às suas culturas. Muitos estudos robustos comprovam os entrelaçamentos transculturais protagonizados por distintos povos amazônicos e que foram responsáveis por edificar quilombos e mocambos.

Não obstante, óticas exóticas ainda dominam as análises sobre as culturas amazônicas. Os povos originários, afro-diasporizados e frutos de inúmeras migrações têm as suas imagens e vivências culturais estereotipadas e desfiguradas pelo culturicídio promovido pelo norte global e pelo sul do Brasil.

É preciso enfatizar: nosso Norte é ladino!

d) Refinamento Léxico

Os textos afrocentrados utilizam a palavra choupana para exemplificar o que significa o refinamento léxico. Tal vocábulo é utilizado pelos antropólogos brancóides para denominar as moradias de populações africanas. Acontece que essa palavra não descreve honestamente as casas das famílias que vivem nas inúmeras regiões africanas, pois a mesma pertence a um vocabulário absurdamente brancocêntrico (ASANTE, 2009).

A relevância do exercício de refinamento léxico consiste em respeitar as línguas não ocidentais que são absurdamente reduzidas a dialetos. Outras palavras como homem, mulher, ciência e religião possuem sentidos totalmente distintos em territórios que transbordam a cartografia ocidental.

Assim destacamos o pretuguês, conceito cunhado por Lélia Gonzalez:

[...] aquilo que chamo de pretuguês e que nada mais é do que marca de africanização do português falado no Brasil [...] o caráter tonal e rítmico das línguas africanas trazidas para o Novo Mundo, além da ausência de certas consoantes (como o *l* e o *r*, por exemplo), **apontam para um aspecto pouco explorado da influência negra na formação histórico-cultural do continente como um todo** [grifo nosso] [...] (1988, p. 70).

Os territórios amazônicos, com toda sua pluridiversidade, abrigam dezenas de idiomas que imprimem uma assinatura única para o pretuguês falado nas Amazônias. Palavras como panema, tipiti, beiju e catitu fazem parte do cotidiano das populações tradicionais, aldeias e quilombos, constituindo as suas línguas autóctones.

O diálogo entre os conceitos de refinamento léxico e o pretuguês nos leva ao debate sobre uma alfabetização e um letramento antirracistas. Para Emília Ferreira e Ana Terebosky o conceito de alfabetização não se trata apenas de grafemas ou fonemas, de codificação ou de decodificação, mas do domínio das habilidades psicomotoras e das técnicas linguísticas a fim de interpretar e produzir textos com autonomia.

As etapas da alfabetização são: 1) pré-silábico; 2) silábico; 3) silábico-alfabético e alfabético. Na primeira, a capacidade de associar o ao som e a escrita ainda está em processo de maturação. A crença de que uma letra corresponde a uma sílaba descreve a segunda fase. Finalmente, no terceiro momento, a/o educanda/o começa a compreender que uma palavra é composta por sílabas e que essas são constituídas por letras. A passagem dos níveis silábico

para o silábico-alfabético necessita de um trabalho de consciência fonológica em meio a exercícios de leitura em voz alta e de uma ampla variedade de textos.

As/os educandas/os não experimentam interações socioculturais apenas na sala de aula. Colocar as suas vivências linguísticas amazônicas no centro dos processos de ensino e aprendizagem é indispensável para que aprendam a norma culta da língua sem sofrer com a violência epistêmica que se traduz na tentativa de apagamento dos idiomas indígenas e africanos pelos currículos brancocêntricos.

e) **Reparação Histórica**

No entendimento do paradigma afrocentrado, a ciência não foi apenas colonizada, mas roubada, embranquecida e utilizada como instrumento de aniquilação contra os povos racializados. Realizar uma reparação das histórias da ciência, humanidade e das civilizações é o papel do pensamento afrocentrado.

As bases filosóficas e religiosas europeias foram extorquidas do continente africano de maneira desleal. Sócrates, Platão e Aristóteles se apropriaram de teorias que foram cunhadas por grandes mestres egípcios. A destruição da biblioteca de Alexandria alcança o platô do que George James (1954) vai chamar de “O legado roubado.”

Os povos originários egípcios eram negros e africanos, precursores das revoluções científicas em áreas como medicina, matemática e astronomia. Conforme a pseudociência europeia percebia que era impossível contrariar tais fatos comprovados cientificamente, mais cometia absurdos epistemológicos e geográficos, a ponto de anunciar que o Egito foi colonizado por um povo brancoíde, que os tons das epidermes das/os egípcias/os eram de um vermelho-escuro e fazer a transposição, milímetro por milímetro, do vale do rio Nilo da África para o oriente médio.

O próprio conceito de dialética, erroneamente associado a Karl Marx e Hegel, parte da filosofia africana, como apontam Abdias Nascimento (2009) e George James (1954). Assim, a afrocentricidade defende a necessidade de disputar o campo epistemológico. É preciso transgredir o fato de as populações racializadas serem associadas apenas a atividades lúdicas como a arte, gastronomia, futebol e dança, enquanto que a produção do conhecimento científico permanece refém da supremacia branca.

Segundo Finch III e Nascimento (2009), os primeiros seres humanos anatomicamente modernos chamados de *Grimaldi* surgiram na África central e passaram por vários processos de migração para a Eurásia e Américas. Ao chegaram à geografia euroasiática enfrentaram um rigoroso período glacial, levando-os a se abrigarem em cavernas para se proteger do frio, o que resultou em um processo de despigmentação de suas epidermes por conta da dificuldade em absorver vitamina “D” originando os grupos humanos brancos.

A presença dos *Grimaldi* foi confirmada nas Américas por meio da descoberta de crânios pré-colombianos no século XIX e que foram armazenados em museus. Nos anos 1970-90, esses crânios, batizados com os nomes Luizão e Luzia, passaram por uma reconstrução facial digital, revelando semelhanças com povos do pacífico, sudeste da Ásia, Atlântico e Melanésia.

Estes grupos, oriundos do norte da Ásia, através do estreito de Bering teriam chegado à América do Norte, Colômbia, Chile e Argentina há cerca de 60 mil anos. Isso significa que a população ladino-amef리카na não descende de um único grupo humano com aparência asiática, uma vez que sempre foi um território transcultural e com uma significativa presença negra (FINCH; NASCIMENTO, 2009).

Considerações finais

A Amazônia e a América Ladina, detentoras de uma pluridiversidade incontestável, apresentam inúmeros indícios de que é impossível estudar as populações racializadas e ladino-amefरिकanas sem as suas africanidades. Por isso é papel da educação estabelecer pontes entre as Áfricas continental e diaspórica.

O paradigma afrocentrado apresenta robustos elementos capazes de nutrir cientificamente e politicamente práticas educativas nas Amazôniaas transculturais e que enfrentem as opressões capitalistas, racistas e patriarcais.

A pedagogia necessita estabelecer diálogos interdisciplinares para que esteja afinada aos desafios políticos, culturais, sociais e econômicos em meio a um território tão diverso como a Amazônia. A afrocentricidade acena para horizontes educativos em que a educação, instrução e ensino caminham lado a lado com uma postura política antirracista, democrática e sedenta por justiça social em nossa América Ladina.

Referências

ASANTE, Molefi Kete. Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin. *Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora*. São Paulo: Selo Negro, 2009.

_____. *Afrocentricity The Theory of Social Change*. Chicago/Illinois, African American Images, 2003.

BARRETO, Raquel. Introdução: Lélia Gonzalez, uma intérprete do Brasil. In: GONZALEZ, Lélia. *Primavera para as rosas negras*. São Paulo: Diáspora Africana, 2018.

BELCHIOR, Douglas; PENHA, Kátia; BELMONT, Mariana. *Existem vidas negras na Amazônia e elas também importam*. Nexo, 2021. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/ensaio/2021/Existem-vidas-negras-na-Amaz%C3%B4nia-e-elas-tamb%C3%A9m-importam>. Acesso em: 02 de dezembro de 2022.

FERREIRO, Emília; TEREBOCKY, Ana. *A psicogênese da escrita*. Trad. D.M Lichtenstein et al. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.

FINCH III, Charles. S; NASCIMENTO, Elisa Larkin. *Abordagem afrocentrada, história e evolução*. São Paulo: Diáspora Africana, 2018.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Amazônia, Amazônias*. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2021.
GONZALEZ, Lélia. Cidadania de segunda classe. In: _____. *Primavera para as rosas negras*. São Paulo: Diáspora Africana, 2018.

_____. A categoria político-cultural de Amefricanidade. In: *Tempo brasileiro*. Rio de Janeiro, n 92/93 (jan/jul). 1988, p. 69-82.

_____.; HASENBALG, Carlos. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.
JAMES, George G. M. *Stolen Legacy: How the Wisdom of Ancient Egypt was Transformed into Greek Philosophy*. 1954.

KUNH, Thomas, *A estrutura das revoluções científicas*. 5 ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1962.

LIMA, Telma Cristiano Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Rev. Katál*. Florianópolis, v. 10, n. es0p, p. 37-45. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/HSF5Ns7dkTNjQVpRyvhc8RR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 de set. 2022.

MELO, Patrícia Alves. *Artemia e Maria Felipa: mulheres que enfrentaram o poder colonial na Amazônia*. Portal Geledés, 2022. Disponível em: [Artemia e Maria Felipa: mulheres que enfrentaram o poder colonial na Amazônia - Geledés \(geledes.org.br\)](https://www.geledes.org.br/Artemia-e-Maria-Felipa-mulheres-que-enfrentaram-o-poder-colonial-na-Amaz%C3%B4nia-Geled%C3%A9s). Acesso em: 10 de agosto. 2023.

MUNANGA, Kabengele. Apresentação. In: NASCIMENTO (org). *Sankofa I a Matriz africana no mundo*. São Paulo: Selo Negro, 2008.

NASCIMENTO, Abdias. *Quilombismo: um conceito emergente do processo histórico-cultural da população afro-brasileira*. In: Elisa Larkin (org). *Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora*. São Paulo: Selo Negro, 2009.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. *Abordagem afrocentrada, história e evolução*. São Paulo: Diáspora Africana, 2018.

PRIZENDT, Susana. *Como a indústria, o agronegócio e governo atacam a agricultura familiar*. Vermelho.org, 2021. Disponível em: [Como indústria, agronegócio e governo atacam a agricultura familiar - Vermelho](#). Acesso em: 23 de ago. 2021.

RAMOS, Guerreiro. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

SANTOS, Joel Rufino dos. O negro como Lugar. In: RAMOS, Guerreiro. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

Recebido em: 24 set. 2022

Aceito em: 13 ago. 2023